



APADIMP

Anexo
Demonstrações Financeiras

2017

Índice

Nota 1) Identificação da entidade ----- --	Pág. 2
Nota 2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras --- --	Pág. 2
Nota 3) Principais políticas contabilísticas ----- --	Pág. 3
Nota 4) Fluxos de caixa ----- --	Pág. 4
Nota 5) Activos Fixos Tangíveis ----- --	Pág. 4
Nota 6) Rédito ----- --	Pág. 5
Nota 7) Inventários ----- --	Pág. 5
Nota 8) Fundo Patrimonial ----- --	Pág. 6
Nota 9) Subsídios e Doações ----- --	Pág. 7
Nota 10) Instrumentos financeiros ----- --	Pág. 8
Nota 11) Outras informações ----- --	Pág. 9

Nota 1) Identificação da entidade

A APADIMP é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Pública – DR 3ª Serie, nº93 21/04/1988 e DR 2ª Serie, nº126 01/06/1983.

Obteve a Certificação EQUASS ASSURANCE nível 1 – Certificação de qualidade dos serviços sociais, em Julho de 2013. Esta certificação estimula o desenvolvimento do sector, promove o compromisso com a qualidade, a melhoria contínua, contribui para a modernização dos serviços, possibilita a diferenciação, utilizando a qualidade dos seus serviços de forma a satisfazer as necessidades dos clientes / utentes acrescentando valor aos padrões globais de qualidade de vida.

A APADIMP, tem como Missão responder a todas as pessoas com deficiência mental (multideficiência) do concelho de Penafiel e Vale do Sousa através das suas valências: Socioeducativo, Centros de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Centro de Recursos para a Inclusão.

Nota 2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras - Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, os Modelos de Demonstrações Financeiras - Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março, o Código de Contas - Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março. Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi

compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Nota 3) Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas-

Inventário

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes e Utentes", "Fornecedores" e "Outras contas a receber e a pagar" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Nota 4) Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Depósitos a Prazo	31/12/2017	31/12/2016
CGD	415.444,52 €	265.444,52 €
CCAM	15.000,00 €	15.000,00 €
BES	0,00 €	0,00 €
BES	0,00 €	0,00 €
Total	430.444,52 €	280.444,52 €

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e Depósitos Ordem	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	3.761,59 €	2.007,08 €
Depósitos à Ordem		
CGD	67.849,64 €	163.362,97 €
CCAM	16.521,21 €	44.218,62 €
Montepio	520,00 €	520,00 €
Total	88.652,44 €	210.108,67 €

Nota 5) Ativos Fixos Tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Activos Tangíveis	Vida Útil	Tx. Depreciação
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	10 - 50	2% - 10%
Equipamento básico	3 - 8	13% - 33,33%
Equipamento de transporte	2 - 8	13% - 50%
Equipamento administrativo	3 - 8	13% - 33,33%
Equipamentos biológicos	2 - 10	10% - 50%
Outros activos fixos tangíveis	2 - 8	13% - 50%

d) / e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2017

	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	Biológicos	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo 31/12/2016	1.420.373,70 €	2.248.927,79 €	166.918,57 €	259.588,14 €	126.061,26 €	4.143,88 €	42,00 €	4.226.055,34 €
Adições	0,00 €	44.981,49 €	2.411,17 €	13.700,00 €	4.867,60 €	0,00 €	0,00 €	65.960,26 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo 31/12/2017	1.420.373,70 €	2.293.909,28 €	169.329,74 €	273.288,14 €	130.928,86 €	4.143,88 €	42,00 €	4.292.015,60 €
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo 31/12/2016	0,00 €	1.770.092,61 €	143.143,29 €	192.986,49 €	123.125,01 €	4.143,88 €	0,00 €	2.233.491,28 €
Adições	0,00 €	17.517,15 €	8.833,34 €	22.076,25 €	3.165,69 €	0,00 €	0,00 €	51.592,43 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo 31/12/2017	0,00 €	1.787.609,76 €	151.976,63 €	215.062,74 €	126.290,70 €	4.143,88 €	0,00 €	2.285.083,71 €
QUANTIA ESCRITURADA	1.420.373,70 €	506.299,52 €	17.353,11 €	58.225,40 €	4.638,16 €	0,00 €	42,00 €	2.006.931,89 €

Nota 6) Rédito

6.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestação de serviços** – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

	2017	2016
Prestação Serviços	139.831,13 €	129.919,81 €
Juros	41,73 €	282,36 €
Total	139.872,86 €	209.057,13 €

Nota 7) Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e

variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa adota como fórmula de custeio dos seus inventários a identificação específica, ou seja, são atribuídos a elementos identificados do inventário nos seus custos individuais.

7.2. A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

	2017	2016
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo		
Inventário Inicial	663,83 €	0,0 €
Compras	59.767,54 €	52.972,70 €
Inventário Final	437,27 €	663,83 €
Gasto do Período	59.994,10 €	55.888,87 €

7.3. Trabalhos para a própria entidade

	2017	2016
Autoconsumos - Horta		
Consumos	1.153,64 €	451,10 €
Gasto do Período	1.153,64 €	451,10 €

Nota 8) Fundo Patrimonial

8.1. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício e cada uma das rubricas de capitais próprios

Fundos Patrimoniais	2017	2016
Resultados Transitados	622.972,04 €	579.758,87 €
Outras Variações no Capital Próprio	1.696.985,54 €	1.700.985,54 €
Resultado Líquido do Exercício	48.584,46 €	43.213,17 €
Total do Fundo Patrimonial	2.368.542,04 €	2.259.863,16 €

Nota 9) Subsídios e Doações

9.1. Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo como justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (p.ex., para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

As Doações efetuadas são contabilizadas como proveitos.

9.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A APADIMP reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes Subsídios do Governo:

2017		
Descrição	Natureza	Demonstração dos Resultados
Instituto Segurança Social, I.P.	À exploração	819.772,41 €
Autarquia	À exploração	54.898,00 €
DREN	À exploração	73.229,49 €
IEFP	À exploração	27.833,95 €
ESTSP - Politécnicos	À exploração	195,00 €
Total		975.928,85 €

9.3. Doações reconhecidos nas demonstrações financeiras

A APADIMP reconheceu nas suas demonstrações financeiras as seguintes Doações:

Descrição	2017
Donativos	41.160,91 €
Total	41.160,91 €

Nota 10) Instrumentos financeiros

10.1. Utentes, Fornecedores, Associados e Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de utentes e fornecedores apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Utentes	2.767,50 €	0,00 €	6.392,50 €	0,00 €
Fornecedores	0,00 €	20.393,33 €	0,00 €	15.189,88 €
Fornecedores Imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pessoal	675,45 €	0,00 €	170,88 €	0,00 €
Associados	4.265,25 €	0,00 €	6.042,25 €	0,00 €
Total	7.708,20 €	20.393,33 €	12.605,63 €	15.189,88 €

10.2. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica de Outras contas a receber e a pagar são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Devedores Acréscimo Rendimentos				
Juros a receber	0,00 €	16,59 €	0,00 €	1,25 €
Outros Devedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Credores Acréscimo Gastos				
Remunerações a liquidar	0,00 €	114.779,57 €	0,00 €	101.855,22 €
Outros credores	135,30 €	130,27 €	135,30 €	2.781,82 €
Receitas com Proveito diferido				
IEFP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.205,27 €
Município Penafiel	0,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €
Credores Diversos	832,15 €	1.391,62 €	832,15 €	16.702,36 €
Total	967,45 €	116.318,05 €	1.967,45 €	129.545,92 €

10.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção na Fonte	0,00 €	5.527,50 €	0,00 €	4.628,50 €
Imposto sobre Valor Acrescentado	4.259,02 €	0,00 €	2.681,65 €	0,00 €
Contribuições para a Segurança Social	0,00 €	29.376,81 €	0,00 €	25.224,19 €
Contribuições para Outros Organismos	0,00 €	205,06 €	0,00 €	82,05 €
Total	4.259,02 €	35.109,37 €	2.681,65 €	29.934,74 €

A APADIMP não tem dívidas ao Estado e a Outros Entes Públicos que estejam em situação de mora.

10.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Diferimentos" apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	9.351,09 €	6.727,21 €
Outros gastos	1.012,69 €	1.627,65 €
	10.363,78 €	8.355,36 €
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	0,00 €	790,13 €
POPH	9.972,92 €	9.972,92 €
	9.972,92 €	10.763,05 €

Nota 11) Outras informações

11.1. Gastos

O detalhe da rubrica "Gastos" em 31/12/2017 é o seguinte:

	2017	2016
Fornecimentos e Serviços Externos	198.605,68 €	191.885,23 €
Total	198.605,68 €	191.885,23 €

11.2. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica "Outros gastos e perdas" em 31/12/2017 é o seguinte:

	2017	2016
Outros gastos e perdas	10.009,72 €	30.323,86 €
Juros suportados	0,00 €	0,00 €
Total	10.009,72 €	30.323,86 €

11.3. Gastos com Pessoal

O detalhe da rubrica "Gastos com pessoal" em 31/12/2016 é o seguinte:

	2017	2016
Remunerações	678.803,20 €	554.371,65€
Encargos sobre remunerações	136.104,60 €	116.184,95€
Formação profissional	1.238,87 €	5.790,10 €
Seguros	10.919,60 €	6.704,92 €
Outros gastos com pessoal	1.210,78 €	11.281,63 €
Total	828.277,05 €	694.333,25 €

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição durante o presente exercício foi de 60.

Gx

11.4. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" em 31/12/2017 é o seguinte:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares	12.364,41 €	12.135,15 €
Descontos PP obtidos	205,62 €	784,32 €
Outros	15.361,15 €	11.339,62 €
Quotas associados	11.016,00 €	11.597,50 €
Total	38.947,18 €	35.856,59 €

Nota 12) Ativos e Passivos Financeiros

12.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com uma taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, p.ex., a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

12.2. Ativos financeiros

Ativos financeiros	Quantia escriturada 31/12/2017	Quantia escriturada 31/12/2016
Fundo Compensação	571,14 €	0,00 €
Total	571,14 €	0,00 €

A Direção,

Manuel Vieira Lopes
 Alberto Carlos de Sá Carvalho
 João Joaquim de Costa
 António Augusto Ribeiro Coelho Marques

